

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 165 – 21/09 à 25/09/2020

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Comum acordo deve preceder instauração de dissídio coletivo de natureza econômica](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/09/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a exigência do comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica. A decisão foi tomada na sessão virtual concluída em 21/9, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE 1002295), com repercussão geral reconhecida ([Tema 841](#)).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Plenário decide pela subsistência das contribuições a Sebrae, Apex e ABDI após a Emenda 33/2001](#)

Supremo Tribunal Federal - 23/09/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade da contribuição de domínio econômico destinada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), incidente sobre a folha de salários, após o advento da Emenda Constitucional (EC) 33/2001. A decisão, por maioria de votos, foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 603624, com repercussão geral reconhecida ([Tema 325](#)), concluído na sessão desta quarta-feira (23), e servirá de parâmetro para a resolução de 1.210 casos semelhantes sobrestados em outras instâncias.

[STF admite tramitação de ADPF contra súmula do TST sobre pagamento de férias em dobro](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/09/2020

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é possível o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra súmula de jurisprudência. A decisão se deu, na sessão virtual encerrada em 14/9, no julgamento de agravo regimental na ADPF 501.

[Reduzida indenização de metalúrgico em razão de artrose e perda auditiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/09/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu reduzir o valor da indenização concedida a metalúrgico da General Motors do Brasil Ltda. em razão de doenças ocupacionais (artrose no ombro e perda auditiva). O colegiado, considerando que a perda da capacidade de trabalho foi apenas parcial e que outras causas, além das atividades desempenhadas por ele, haviam contribuído para o dano, diminuiu o valor arbitrado para

a indenização de R\$ 189 mil para R\$ 50 mil.

### [Live discutirá inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/09/2020

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) promoverão, na próxima terça-feira (29), a live “Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho no Contexto de Pandemia por Covid-19”. A transmissão será realizada das 15h às 17h no [canal oficial do TST no YouTube](#) e oferecerá os principais recursos de acessibilidade: libras, legenda automática e audiodescrição.

### [Agente prisional não receberá adicionais de periculosidade e insalubridade cumulativamente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/09/2020

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que um agente de disciplina prisional da Reviver Administração Prisional Privada Ltda., em Alagoas, deverá optar pelo recebimento do adicional de periculosidade ou de insalubridade. A decisão segue a tese jurídica firmada pelo TST sobre a impossibilidade de cumulação dos dois adicionais.

### [Analista com HIV não consegue reverter demissão por justa causa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/09/2020

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu recurso de um analista de cobrança que alegou ter sido dispensado de forma discriminatória pela B2W Companhia Global do Varejo (resultado da fusão das Americanas S.A. com a Submarino S.A.) por estar com o vírus HIV. A partir dos dados contidos no processo, os ministros entenderam que há elementos suficientes para a caracterização da justa causa e concluíram que não houve discriminação.

### [Ação de viúva e filho não impede o ajuizamento de novo pedido pelos pais de trabalhador falecido](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/09/2020

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade dos pais de um electricista da SJC Bioenergia, de Quirinópolis (GO), para pleitear indenização por danos morais. A ação fora rejeitada em instâncias inferiores por ter sido ajuizada após ação idêntica do filho e esposa do falecido, vítima de acidente de trânsito no exercício de suas funções.



## Notícias do Executivo

### [Inspeção do Trabalho resgata 63 trabalhadores em Minas Gerais](#)

Ministério da Economia - 25/09/2020

Ação fiscal realizada pela Gerência Regional do Trabalho de Araxá, em Minas Gerais, com apoio da Polícia Militar, resultou no resgate de 63 trabalhadores da condição análoga ao trabalho escravo naquele município. O grupo trabalhava na manutenção em uma fábrica na região, em atividades como limpeza de tubulações. Para os auditores fiscais do Trabalho responsáveis pela ação, os principais fatores para caracterização do trabalho escravo foram as condições degradantes de trabalho e o aliciamento em outras regiões.

### [TRF 1 derruba liminar e peritos convocados devem retomar atendimentos presenciais](#)

Ministério da Economia - 24/09/2020

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu, nesta quinta-feira (24), a liminar concedida ontem pelo Juiz Federal Substituto da 8ª Vara Federal do Distrito Federal, que suspendia medidas relacionadas ao retorno do atendimento presencial pela perícia médica nas Agências da Previdência Social, entre elas o corte de ponto, o desconto nas remunerações e a instauração de procedimentos disciplinares pelo não comparecimento.

### [Conselho aprova resolução com manifestações de apoio à reabertura das agências do INSS](#)

Ministério da Economia - 24/09/2020

retomada parcial das perícias médicas, protocolos de segurança e agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em funcionamento em todo o país foram temas abordados durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) nesta quinta-feira (24). “Estamos trabalhando de maneira clara e com muito diálogo, a perícia é um serviço essencial, um direito do trabalhador, e nosso compromisso é garantir uma retomada gradual e consciente, cumprindo todos os protocolos do Ministério da Saúde”,

afirmou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

### [Pedidos de seguro-desemprego registram queda na primeira quinzena de setembro](#)

Ministério da Economia - 24/09/2020

Nos primeiros 15 dias de setembro, a modalidade trabalhador formal registrou 218.679 requerimentos ao seguro-desemprego em todo o país. O número representa uma queda de 11,6% na comparação com a última quinzena de agosto, quando houve 247.445 requerimentos. Houve, portanto, neste comparativo, uma diferença de 28.766 requerimentos.

### [Live comemora o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas](#)

Ministério da Economia - 23/09/2020

Em comemoração ao Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), órgão da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, programou uma live para 7 de outubro, às 10h, no canal [youtube.com/enit-escola](https://www.youtube.com/enit-escola). O objetivo é alertar alunos, pais e professores sobre a importância de prevenir acidentes e doenças do trabalho e orientá-los sobre segurança e saúde nas escolas.

### [INSS otimiza capacidade de atendimento aos segurados pelo telefone 135](#)

Ministério da Economia - 23/09/2020

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está em processo de contratação de mais uma central para que seja otimizado o atendimento dos segurados pelo telefone 135. A medida possibilitará o aumento de 30% na capacidade de atendimento por meio do canal. Também foi contratada uma plataforma centralizada de comutação para as centrais que atendem o telefone 135. A tecnologia otimizará o tempo de espera, transferindo automaticamente a ligação para a central que esteja menos sobrecarregada, de modo a tornar o atendimento mais rápido e eficiente.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT reprovava acordos trabalhistas que impõem prestação de serviços comunitários como forma de pagar dívidas processuais](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/09/2020

O Ministério Público do Trabalho publicou nesta quinta-feira, 24 de setembro, uma [nota técnica](#) em que manifesta total reprovação à possibilidade de serem homologados acordos judiciais que estabeleçam a prestação gratuita de serviços comunitários a trabalhadores como alternativa ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais, o que se assemelha à servidão por dívida.

[MPT rejeita denúncias de suposto “racismo” contra empresa](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/09/2020

O Ministério Público do Trabalho em São Paulo indeferiu na última semana uma série de denúncias recebidas contra o Magazine Luiza S/A relatando discriminação por parte da empresa em processo de seleção para trainees voltado para pessoas negras. Para o MPT, o caso concreto não se trata de violação trabalhista, mas sim de uma ação afirmativa de reparação histórica.

## Auditor Fiscal do Trabalho

### Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

#### [Presidente do SINAIT fala sobre a redução de verba para a Fiscalização do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/09/2020

Entre a semana passada e o início desta semana, o presidente do SINAIT, Carlos Silva, concedeu várias entrevistas a veículos de comunicação, sobre o corte de verba no orçamento da Fiscalização do Trabalho para 2021. Os recursos que já chegaram a somar 67 milhões de reais em 2015, no ano que vem serão em torno de 24 milhões de reais, segundo a previsão orçamentária.

#### [Movimento Ação Integrada – MAI: SINAIT, CNJ e parceiros debatem novo acordo de cooperação técnica](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/09/2020

A renovação do Acordo de Cooperação Técnica para o fortalecimento, consolidação e replicação das iniciativas do Projeto “Ação Integrada”, por meio do Movimento Ação Integrada – MAI, foi assunto de reunião virtual realizada no dia 16 de setembro. Participaram o presidente do SINAIT, Carlos Silva, e representantes das entidades que formam o Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga de Escravo e ao Tráfico de Pessoas: Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Ministério da Economia, Ministério Público Federal – MPF, Ministério Público do Trabalho – MPT, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Tribunal Superior do Trabalho – TST. Estas entidades integram o [Acordo de Cooperação Técnica CNJ nº 014/2015](#), vigente.

#### [SINAIT é admitido como assistente na Ação Civil Pública que questiona a revisão das Normas Regulamentadoras de SST](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 21/09/2020

O SINAIT foi admitido como assistente litisconsorcial na [Ação Civil Pública - ACP 0000317-69.2020.5.10.0009](#) movida contra a União, que questiona a revisão apressada das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho. A ACP, ajuizada pela Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, do Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal, tramita na 9ª Vara do Trabalho de Brasília.



## Outras Notícias

### [Adequação à LGPD no recrutamento e seleção de candidatos a emprego](#)

Consultor Jurídico - 24/09/2020

A Lei 13.709/18, no entanto, não possui dispositivo abordando expressamente do tratamento de dados no contexto das relações do trabalho, tal como o RGPD. Mas, se a LGPD não possui menção expressa quanto à essa aplicação, os contratos de emprego estariam “libertos” das “garras” da lei? A resposta é negativa, afinal, a Lei 13.709/18 possui aplicação geral, e como tal, representa fonte subsidiária do direito do trabalho, nem sequer se fazendo necessário o uso do artigo 8º da CLT ante a aplicação do método do diálogo das fontes.

### [Reclamante deve pagar honorários relativos à parte em que foi vencido](#)

Consultor Jurídico - 22/09/2020

A 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a existência de transcendência jurídica de recurso de revista que questiona a aplicação do artigo 791-A, parágrafo 3º, da CLT, em reclamação trabalhista ajuizada após a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017). Na prática, a decisão do TST afasta a hipótese de que o trabalhador não irá pagar honorários caso o pedido formulado em sua reclamação trabalhista seja julgado parcialmente procedente.

### [Empresa terá que indenizar funcionário responsabilizado por sumiço de máquinas](#)

Consultor Jurídico - 21/09/2020

A 5ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-12) decidiu condenar uma empresa de Laguna (SC) a indenizar um trabalhador em R\$ 4,8 mil a título de danos morais. O funcionário foi responsabilizado — sem provas — pelo desaparecimento de dois cortadores de grama da empresa, que também terá que ressarcir o valor descontado do salário do empregado.



## Atos Normativos

[PORTARIA INSS N.º 962, DE 20 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 21/09/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Realização de visitas pelas entidades de classes que representam servidores públicos;

[PORTARIA CARF N.º 21.045, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 21/09/2020 Seção II Pág. 15) - Altera o Anexo Único da Portaria CARF n.º 47, de 24 de julho de 2017, que instala e designa os conselheiros suplentes, que integrarão as Turmas Extraordinárias das Seções de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

[ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N.º 123, DE 2020](#) (DOU de 22/09/2020 Seção I Pág. 01) - Declara que a Medida Provisória n.º 966, de 13 de maio de 2020, que "Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia dacovid-19", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de setembro de 2020;

[PORTARIA INSS N.º 933, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 22/09/2020 Seção I Pág. 53) - Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19);

[PORTARIA CONJUNTA INSS N.º 16, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 22/09/2020 Seção I Pág. 53) - Remarcação de atendimento de perícia médica por ocasião do retorno gradual do atendimento presencial;

[PORTARIA SPPE N.º 21.130, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 23/09/2020 Seção I Pág. 43) - Dispõe sobre os procedimentos para habilitação de pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, incluindo sociedades empresárias (empresas), associações, entidades filantrópicas e entidades sindicais que exerçam atividades de intermediação de mão de obra, para atuar como parceiras do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do projeto SINE Aberto, de que trata a Resolução n. 826, de 26 de março de 2019 e suas alterações, e dá outras providências;

[PORTARIA SPPE N.º 21.171, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 23/09/2020 Seção I Pág. 43) - Dispõe sobre o Plano de Ações e Serviços - PAS do Sistema Nacional de Emprego - SINE de que trata o inciso II do art. 6º da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, a ser aprovado pelo respectivo Conselho do Trabalho, Emprego e Renda – CTER;

[LEI N.º 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 24/09/2020 Seção I Pág. 04) - Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001;

[DECRETO Nº 10.491, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 24/09/2020 Seção I Pág. 06) - Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;

[RESOLUÇÃO CNPS N.º 1.342, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 25/09/2020 Seção I Pág. 16) - Reconhece e apoia o processo de retorno gradual e seguro do atendimento nas Agências da Previdência Social, iniciado no dia 14 de setembro, que teve por base o plano de ação e o protocolo de segurança estabelecidos nos termos da Portaria Conjunta nº 13, de 29 de abril de 2020, e da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho, com o objetivo de restabelecer os serviços presenciais relativos à perícia médica federal, avaliação social, cumprimento de exigências, justificativa administrativa e justificativa judicial;

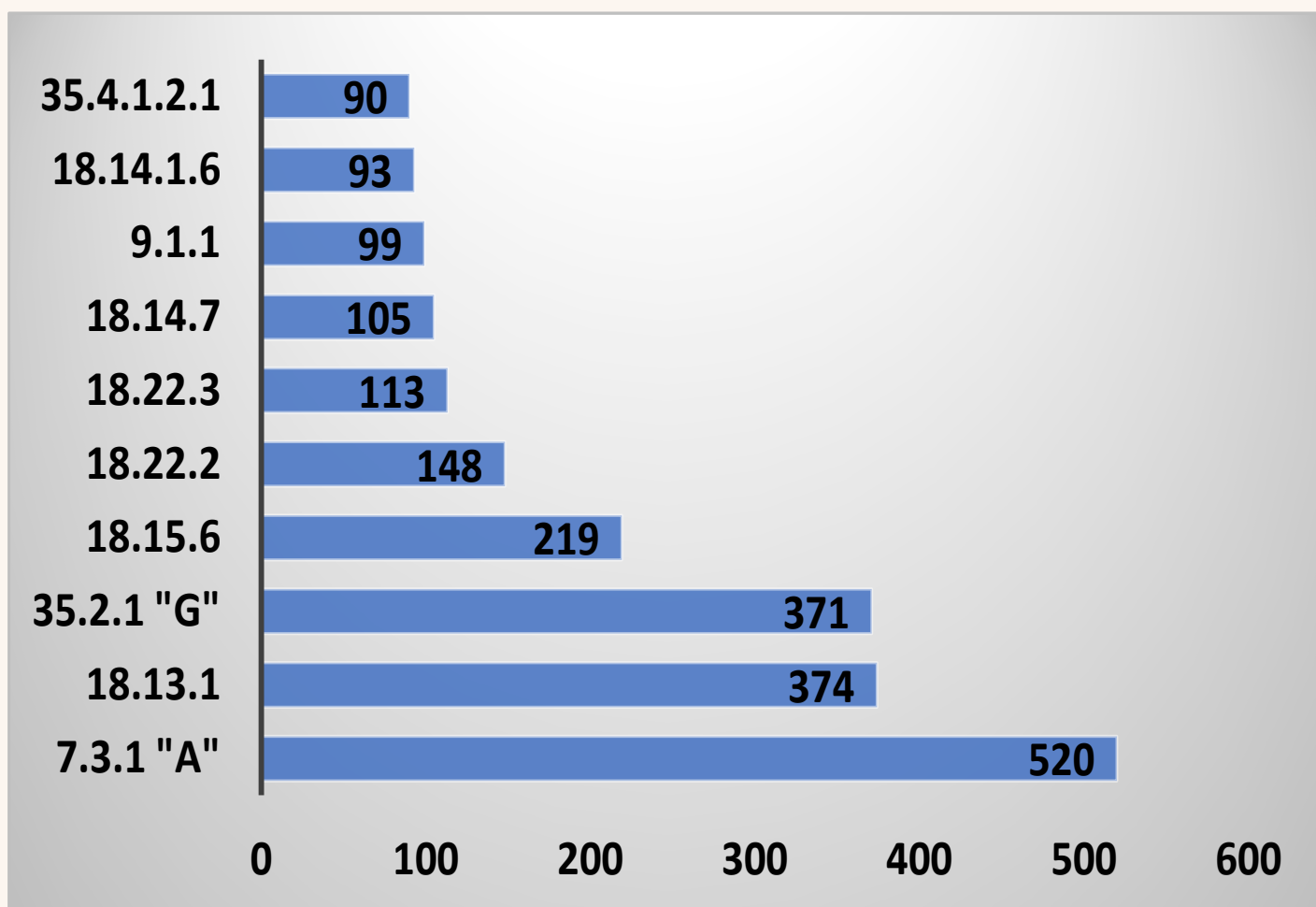
[PORTARIA RFB Nº 4.446, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 25/09/2020 Seção I Pág. 46) - Revoga Portarias no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);

[PORTARIA INSS N.º 983, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 25/09/2020 Seção I Pág. 53) - Dispõe sobre o valor dos encargos apurados em 2019 com a manutenção de empréstimos consignados na folha de pagamento de benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificado” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/jul):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**7.3.1.** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.13.1.** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**g)** garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

**18.15.6.** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.22.2.** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.22.3.** As máquinas e os equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providos de proteção adequada.

**18.14.7.** Os equipamentos de guindar e transportar materiais e pessoas devem ser vistoriados diariamente, antes do início dos serviços, pelo operador, conforme orientação dada pelo responsável técnico do equipamento, atendi-

das as recomendações do manual do fabricante, devendo ser registrada a vistoria em livro de inspeção do equipamento.

**9.1.1.** Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

**18.14.1.6** Toda empresa usuária de equipamentos de movimentação e transporte de materiais e ou pessoas deve possuir o seu "Programa de Manutenção Preventiva", conforme recomendação do locador, importador ou fabricante.

**35.4.1.2.1.** A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*